

PETER SINGER E O MUNDO MORAL

PETER SINGER AND THE MORAL WORLD

*Victor Leandro da Silva*¹

*Daniel Richardson de Carvalho Sena*²

Resumo: dentro do cenário filosófico presente, o pensamento do filósofo australiano Peter Singer tem uma posição bastante destacada, em grande parte por conta das peculiaridades de suas reverberações acerca do debate ético, pautadas fortemente na prática e na resolução de questões morais contemporâneas. Contudo, seu percurso de pensamento também traz, por meio das problemáticas que suscita uma discussão de base que remete aos fundamentos da ética filosófica, pois redimensiona o universo sobre o qual deve atuar a moralidade. Em vista disso, num estágio anterior ao ponto de vista pragmático defendido pelo autor, a discussão promovida por ele em torno dos limites da ação moral acaba convertendo-se em objeto de grande interesse, tornando pertinente a sua acurada investigação.

Palavras-chave: Ética. Moral. Utilitarismo. Interesse.

Abstract: within the present philosophical scene, thought the Australian philosopher Peter Singer has a very prominent position, largely due to the peculiarities of its reverberations about the ethical debate, strongly guided by the practice and resolution of contemporary moral issues. However, your thinking path also brings through the problems it raises a basis for discussion which refers to the foundations of philosophical ethics as resizes the universe about which should act morality. As a result, at an earlier stage the pragmatic point of view defended by the author, discussion promoted by him around the limits of moral action ends up converting it into an object of great interest, making pertinent to their accurate research.

Keywords: Ethics. Morality. Utilitarianism. Interest.

1 Introdução

Um dos mais proeminentes e polêmicos pensadores da bioética e da ética aplicada, Peter Singer ocupa-se, em boa parte de suas argumentações, em propor ações efetivas para resolver problemas como o valor de ajuda destinado aos pobres ou a eutanásia, o que, além de arregimentar um número considerável de adeptos e opositores, também contribui para a classificação de seu pensamento como dotado de uma pragmaticidade incontornável.

¹ Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas – UEAM; Doutor em Sociedade e Cultura pela mesma Instituição. E-mail: viktorleandro@hotmail.com

² Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM; Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UEAM. E-mail: Daniel_rcs@hotmail.com

No entanto, suas ideias não escapam, de nenhum modo, de estarem sedimentadas em princípios que dialogam com as tradições do pensamento filosófico, e de trazer importantes questionamentos às doutrinas éticas, seja pela própria exposição de seus princípios ou pelas inferências extraídas a partir de suas propostas de ação.

Dentre essas questões, uma parece ter grande abrangência: qual é o mundo moral de Peter Singer? Ou, traduzindo em termos práticos, que interrogações éticas devem fazer parte do universo humano e qual o seu grau de importância?

É uma pergunta que envolve uma densa especulação teórica, a qual, para ser empreendida, pede que se revisem algumas das definições fundamentais do pensamento ético, sedimentadas ao longo de séculos de história do pensamento e reflexões acerca da moralidade.

A ética de Peter Singer, por suas características, finda por colocar em questão o itinerário clássico de ocupações morais, não apenas por retirar o ser humano de sua condição de privilégio frente à moralidade – não quanto a seu poder de reflexão, mas enquanto objeto da ação ética – mas também por, dentro dos próprios princípios que a ética tradicional preceitua, limitar a inserção de humanos na esfera dos problemas morais significativos.

2 Bioética: breve histórico e princípios

A bioética, juntamente com a ecoética, a ética econômica e as éticas profissionais fazem parte da chamada “ética prática”, um ramo da filosofia contemporânea que aborda questões cotidianas envolvendo a conduta dos seres humanos e a consequência de suas ações.

O termo “bioética” surgiu no início dos anos de 1970 com o médico norte-americano Van Rensselaer Potter, em seu livro *Bioethics: a bridge to the future* (Bioética: uma ponte para o futuro). Potter defendia uma abordagem mais humanista e menos técnico-cientificista de questões ligadas ao ser humano, como o ambiente.

Segundo Diniz e Guilhem (2012), a proposta de Potter é importante devido à ideia de que a construção de uma ética aplicada às situações da vida constituiria o caminho para a sobrevivência da espécie humana e do ambiente. Além disso, para o êxito dessa proposta, o respeito aos valores humanos seria muito mais fundamental que o conhecimento da técnica.

Apesar da predominância dos valores antropocêntricos, a bioética passou a ser uma área de conhecimento possuidora de grande relevância frente à vida, não só a humana, mas às demais formas.

Dall'agnol afirma que “a bioética é a parte da ética prática que estuda os problemas morais relacionados com o início, o meio e o fim da vida” (DALL'AGNOL, 2004, p.15).

A bioética compreenderia, assim, diversos assuntos relativos à vida como a utilização de seres vivos em experimentos, a legalidade moral do aborto ou da eutanásia e questões sobre pesquisa genética, por exemplo.

Diniz e Guilhem (2012), explicam que a organização das bases conceituais da bioética se estabeleceu através da articulação de três princípios éticos básicos: o respeito às pessoas, a beneficência e a justiça.

Essa articulação foi elaborada a partir do *Relatório Belmont*, um documento que denunciou os escândalos causados pelos experimentos da medicina desde o início da 2ª Guerra Mundial. A formulação deste relatório representou o primeiro passo para que a bioética se tornasse um novo campo do conhecimento.

Os princípios defendidos no *Relatório Belmont* deram origem à teoria do “Princípioalismo”. Esta teoria possui como base a ética médica e surgiu a partir da obra *Princípios da ética biomédica*, de autoria do filósofo Tom Beauchamp e do teólogo James Childress, ambos norte-americanos.

Diniz e Guilhem (2012) enfatizam que além dos três princípios éticos que serviram de base para a construção teórica da bioética (o respeito às pessoas, a beneficência e a justiça), acrescentou-se mais um: a não maleficência.

O princípioalismo, porém, é alvo de críticas devido ao fato desta teoria ser formulada com base na ética biomédica e não na bioética em geral.

Dall'agnol (2004) afirma que o princípioalismo depende de uma discussão filosófica mais fundamental, a saber, sobre o valor (ou não) da vida. Assim o problema central da bioética é saber se a vida tem sentido. Faltaria ao princípioalismo uma norma basilar que indique o valor inerente à vida. Porém, essa abordagem principialista continua sendo predominante acerca dos fundamentos da bioética.

A bioética cresceu bastante e se tornou uma área de investigação que ocupa interesse na filosofia moral e nas ciências que lidam com problemas relacionados à vida humana, como a medicina e o direito, por exemplo.

As questões relativas à bioética têm sido tratadas sob a ótica de diferentes correntes filosóficas. Dentre as perspectivas mais expressivas na atualidade, destaca-se o enfoque utilitarista do filósofo australiano Peter Singer.

3 Peter Singer: utilitarismo e interesse

Em *Ética Prática*, Peter Singer inicia tratando daquilo que considera ser o objeto da ética. Contrapondo-se às visões mais ortodoxas, ele trata imediatamente de separar a moral de certas questões comportamentais, em especial no que diz respeito à conduta sexual das pessoas:

O sexo não coloca, absolutamente, nenhuma questão moral específica. As decisões relativas ao sexo podem envolver considerações de honestidade, a preocupação com os outros, a prudência, etc., mas não há nisso nada de particular ao sexo, pois o mesmo poderia ser dito das decisões sobre dirigir um carro (SINGER, 2002, p. 10).

Eis aí uma visão que distancia a ética de qualquer puritanismo. A sexualidade, fora dos sistemas doutrinário rigorosos e culturalmente instituídos, não acarreta nenhum dilema moral específico, não sendo merecedora de nenhuma atenção especial. Ao contrário, por sua pouca expressividade, ela deve ser pouco debatida pelos filósofos da ética, uma vez que “há problemas éticos mais importantes a serem considerados” (SINGER, 2002, p. 10).

Há, ainda, um outro problema que deve ser excluído da ética, posto estar além do alcance pelos indivíduos:

A segunda coisa que a ética não é: um sistema ideal de grande nobreza na teoria, mas inaproveitável na prática. O contrário dessa afirmação está mais próximo da verdade: um juízo ético que não é bom na prática deve ressentir-se também de um defeito teórico, pois a questão fundamental dos juízos éticos é orientar a prática (2002, p. 10)

A ética deve notabilizar-se por uma ação que vise debater as mais urgentes questões humanas, e não tornar-se um sistema de proibições que enfoque uma vida ortodoxa, tampouco deve extrair axiomas gerais inalcançáveis ou que não possam ser revertidos em ações práticas positivas. As regras morais precisam ser pensadas nos diversos casos e circunstâncias, e adquirirem valor conforme sejam úteis para a melhor solução de questões da vida em movimento.

Além disso, Singer ressalta a independência da ética em relação à religião (p. 11). De nenhum modo, o pensamento moral pode ser reduzido a esta. Ao contrário, muitas proposições éticas racionalmente articuladas podem ir de encontro aos dogmas religiosos. Assim, a moral deve reclamar, para o bem de si própria, sua autonomia para com as doutrinas teológicas.

Escapando ainda das concepções relativistas e subjetivistas, Singer procura pautar na razão o elemento fundamental necessário para constituir a ação ética e, através dele, fundar padrões morais universalizantes. Contudo, ele reconhece a dificuldade da tarefa, uma vez que a aplicação de determinadas normas éticas, ainda que racionalmente pautadas, pode tornar-se difícil, por força das diversas outras posições morais conflitantes e que também estão ancoradas em uma racionalidade. Desse modo, corre-se o risco de que as escolhas passem a ser feitas de modo inteiramente pessoal, já que nenhuma definição moral é absoluta. Tal dilema irá persistir, a menos que se adote um princípio claro a partir do qual as regras morais possam ser elaboradas.

Esse princípio é, segundo Singer, o utilitarismo, que, a seu ver, conduz à formatação de juízos éticos que auxiliam de forma efetiva na orientação dos atos dos indivíduos. Contudo, o utilitarismo proposto por ele difere de suas formas mais comumente conhecidas, pois substitui o princípio das melhores consequências, fundamental no utilitarismo clássico, e que é baseado nos prováveis aumentos de prazer e sofrimento provocados pela ações, pelo da igual consideração de interesses, que leva em conta os anseios de todos os que são atingidos por uma determinada conduta.

A justificativa para a escolha do utilitarismo baseado na igual consideração de interesses está tanto no seu alcance universal quanto na sua capacidade de fundamentar a reflexão moral, o que leva de modo inevitável à superação do individualismo:

Imagine-se agora, que começo a pensar eticamente, a ponto de admitir que os meus próprios interesses não podem contar mais que os interesses alheios pelo simples fato de serem meus interesses. No lugar deles, agora tenho de levar em conta os interesses de todos os que serão afetados pela minha decisão. Isso exige que eu reflita sobre todos esses interesses e adote o curso de ação mais apto a maximizar os interesses das pessoas afetadas. Portanto, pelo menos em algum nível de meu raciocínio moral devo escolher o curso de ação que tem as melhores consequências para todos os afetados, e fazê-lo depois de examinar todas as alternativas possíveis (SINGER, 2002, p. 21)

Singer insiste na afirmativa de que o utilitarismo que propaga não exclui as demais proposições éticas, tampouco desconsidera seus resultados. O que ele afirma é

que, diante das dificuldades de estabelecer princípios para a moral, sua proposta parece ser a mais adequada para tratar das questões que realmente interessam à ética, deixando de lado aquelas que possuem relevância puramente cultural ou constituem uma forma desnecessária de doutrinação.

E quais seriam esses problemas? No prefácio ao seu livro, o autor trata de esclarecer esse ponto, citando os exemplos debatidos em sua obra:

Considero um problema ético relevante a partir do momento em que um ser racional deva defrontar-se com ele. Algumas das questões discutidas neste livro nos confrontam diariamente: quais são as nossas responsabilidades para com os pobres? Justifica-se que tratemos os animais como nada além de máquinas que produzem carne para a nossa alimentação? Devemos continuar usando papel não-reciclado? E por que, afinal, devemos nos preocupar em agir de acordo com princípios morais? (SINGER, 2002, p. 1)

Aqui estão os dois pontos de partida do debate promovido por Singer. A discussão moral deve ser promovida por indivíduos racionais, enquanto que os problemas éticos importantes são aqueles que afetam uma quantidade significativa de interesses. Juntos, estes elementos formam a base da reflexão envidada pelo filósofo.

É justamente num desses pontos, o do interesse, que seu mundo moral acaba sendo articulado. Para que haja uma problematização em torno de questões, é necessário que estas afetem um ou mais interesses daqueles que são atingidos por elas. Mas, para que o interesse exista, são necessárias algumas condições. Uma pedra, ao contrário de um ser humano, não possui vida, não sente dor ou tem consciência, o que significa que não possui interesses, logo não pode trazer nenhuma interrogação moral, não importa o que se faça com ela. O mesmo raciocínio se estende a tudo que existe na natureza e que apresenta características semelhantes, estando portanto fora do plano da moralidade.

O argumento parece simples e de uma funcionalidade bastante eficaz. Entretanto, surgem numerosas complicações quando aplicado àqueles que, segundo a ética tradicional, possuiriam um status moral tácito e incontestável, ou seja, aos seres humanos em geral.

É inegável que os humanos possuem interesses, mas, quando eles se iniciam no indivíduo? Singer usa como marco inaugural a capacidade de sentir dor, do que se depreende que: “enquanto essa capacidade não existir, um aborto põe fim a uma existência que não possui valor *intrínseco* algum” (2002,p. 161). Igual raciocínio pode ser utilizado na justificativa para pesquisas com embriões humanos. Com isso, Singer

assevera que a existência do homem possui um valor relativo, e rompe com o princípio da sacralidade da vida humana, o qual para ele está baseado puramente em visões teológicas e tendenciosas, que colocam o humano à frente dos demais seres vivos, mas sem qualquer justificativa razoável para tal.

Mas, e quando já existe a capacidade de sentir dor? Singer afirma que, neste estágio, o feto, ou mesmo bebê recém-nascido, já possui um interesse em não ter sensações desconfortáveis, porém isso não traz implicações quanto ao seu direito à vida, pois, para que fizessem jus a tal direito, seria necessário que os bebês tivessem o interesse e o desejo de continuar vivendo, o que não podem ter:

os recém-nascidos não podem ver-se como seres que podem ter, ou não, um futuro; portanto, não podem ter o desejo de continuar vivendo. Pela mesma razão, se o direito à vida deve ter por base a capacidade de querer continuar vivo, ou a capacidade de ver-se como um sujeito mental contínuo, um recém-nascido não pode ter o direito à vida. (SINGER, 2002, p. 180).

Não cabe fazer um apanhado das consequências do argumento para com as decisões tomadas quanto ao aborto e eutanásia, as quais o autor expõe em sua *Ética Prática*, que trazem conclusões polêmicas por parte do filósofo. No que importa ao debate para a definição do mundo moral, o que vale é que Singer não considera, de modo intrínseco, a vida de uma parte expressiva da população humana, como os bebês recém-nascidos e os deficientes graves, posto não estar neles expresso qualquer interesse ou desejo pela continuidade de sua existência, o que faz com que estes não sejam participantes efetivos do universo abrangido por sua ética.

Com isso, a humanidade vê-se diminuída em sua relevância dentro do cenário ético. Dar destaque a certas reflexões apenas por envolverem humanos não tem, a rigor, nenhum fundamento racional que o justifique. Uma discussão moral, para merecer alguma atenção, precisa de fato afetar o interesse de um indivíduo ou determinado grupo, o que nem sempre ocorrerá entre os homens, conforme exemplificado nos grupos acima descritos, em que a conservação ou não de sua vida não traz em si a supressão de nenhum interesse que lhes seja próprio. Desse modo, pensa Singer, não há motivo para dar especial destaque a essas discussões.

A diminuição, em Peter Singer, do foro privilegiado dos humanos ganha ainda maior relevo quando são confrontados pelo autor os interesses do homem e dos animais,

em que estes, contrariando as perspectivas históricas, assumem um status ético longe de ser inexpressivo.

4 O estatuto dos animais

O respeito aos animais nunca esteve, historicamente, em primeiro plano na elaboração dos sistemas éticos. A discussão sobre como o homem deveria se portar perante eles surge de modo apenas esporádico, e muito mais por força das inclinações pessoais de determinados filósofos do que como consequente de uma argumentação filosófica. Mais contemporaneamente, os pensadores que chamaram a atenção para o tratamento aos animais faziam-no com base na responsabilidade humana para com a vida e o planeta, muitas vezes considerando quase que exclusivamente o benefício de práticas não predatórias para a sobrevivência do homem na Terra, mas sem levar em conta os eventuais valores intrínsecos à vida animal.

É uma postura que, segundo Singer, encontra-se amparada numa determinada forma de preconceito, chamada especismo, que o autor define como sendo a crença de que uma espécie – no caso, a humana – tem privilégio sobre as demais, normalmente por conta de alguma qualidade específica encontrada nela, e da qual as outras encontram-se desprovidas. Para Singer, trata-se de um argumento que não possui uma fundamentação lógica consistente, e que não deixa de constituir uma variante das mesmas justificativas apresentadas para o racismo, e que, portanto, deve ser rejeitado em nome da igualdade de interesses:

O argumento para estender o princípio da igualdade além da nossa própria espécie é simples, tão simples que não requer mais do que uma clara compreensão da natureza do princípio da igual consideração de interesses. Como já vimos, esse princípio implica que a nossa preocupação com os outros não deve depender de como são, ou das aptidões que possuem (muito embora o que essa preocupação exige precisamente que façamos possa variar, conforme as características dos que são afetados por nossas ações). É com base nisso que podemos afirmar que o fato de algumas pessoas não serem membros da nossa raça não nos dá o direito de explorá-las e, da mesma forma, que o fato de algumas pessoas serem menos inteligentes que outras não significa que os seus interesses possam ser colocados em segundo plano. O princípio, contudo, também implica o fato de que os seres não pertencerem à nossa espécie não nos dá o direito de explorá-los, nem significa que, por serem os outros animais menos inteligentes do que nós, possamos deixar de levar em conta seus interesses (SINGER, 2002, p. 66)

A ideia de que a superioridade, principalmente a intelectual ou mental, justifica a segregação racial entre humanos tem sido combatida por diversos segmentos da sociedade. No entanto, o princípio continua sendo aplicado para sustentar a exploração de animais por parte do homem, ainda que ele se apresente internamente contraditório, pois certos animais possuem capacidades mentais superiores às dos bebês e humanos deficientes, não recebendo, por esse motivo, nenhum trato especial. É somente numa perspectiva especista que essas proposições podem ser validadas, e o homem pode explorar os animais sem nenhum prejuízo a sua moralidade.

Ao sair da visão preconceituosa do especismo, passamos a olhar animais tais como eles são e, fazendo uso do princípio da igual consideração de interesses, chegamos à conclusão de que não há nenhuma justificativa racional para que os interesses dos animais não sejam considerados, o que, por si só, inibe vários dos procedimentos praticados por humanos em relação a eles.

É ponto pacífico entre os estudiosos que animais sentem dor. Conforme o seu grau de inteligência, eles também podem passar por sofrimentos psíquicos, como tédio e comportamentos depressivos. Assim, é natural que se considere que, embora não possam se manifestar racionalmente sobre o assunto, os animais guardam um grande interesse em que não seja infligido a eles qualquer sofrimento, o qual, segundo Singer, deve ser respeitado, o que implica uma profunda mudança no modo como os humanos se servem deles como alimentos e em experiências científicas.

Mas, e quanto a matá-los? Constitui um problema moral tirar a vida de um animal, conquanto isso não acarrete nenhum processo doloroso? Nesse ponto, Singer aplica o mesmo argumento usado com humanos no que tange ao seu direito à vida, pautado no conceito de pessoa.

Na visão de Singer, o direito à vida está bastante ligado às qualidades de uma pessoa. Para ele, são quatro os motivos mais fortes elencados pelo utilitarismo para justificar o valor particular que sua vida possui:

A clássica preocupação utilitária com os efeitos do assassinato sobre os outros; a preocupação do utilitarismo preferencial com a frustração dos desejos e planos futuros da vítima; o argumento de que a capacidade de conceber-se existindo no tempo é uma condição necessária para que se tenha direito à vida; e o respeito pela autonomia (2002, p. 110)

Essencialmente, uma pessoa é alguém com a capacidade de conceber-se existindo no tempo e de perceber a si próprio com uma perspectiva de futuro. Desse modo, tirar sua vida seria uma maneira de frustrar tal perspectiva, atentando contra seu interesse. Portanto, o ato de tirar a vida de uma pessoa contra sua vontade é, por si só, algo moralmente inaceitável.

Isso não implica que só as pessoas devem ter sua vida preservada. O prazer, para Singer, é um bom motivo para que uma existência não seja interrompida, sendo este experimentado tanto por pessoas quanto não-pessoas. Mas o fato de ser uma pessoa dá a sua vida um valor intrínseco maior, independente mesmo do prazer que experimenta.

De início, seria possível afirmar que as reflexões aqui postas já dariam uma vantagem à pessoa humana sobre os animais. Contudo, antes que se chegue a essa inferência, o filósofo propõe uma questão que modifica esse panorama: um animal não-humano pode ser uma pessoa?

A resposta de Singer é sim. Utilizando principalmente os estudos realizados com macacos, ele afirma que estes animais demonstram não apenas capacidade raciocínio, mas também noções de temporalidade e expectativas quanto ao futuro, tendo portanto “consciência de si enquanto entidade distinta dotada de existência no tempo” (SINGER, 2002, p. 126), condição fundamental para que se possa ser visto como pessoa.

Quanto às outras espécies, Singer afirma que, embora os indícios não sejam muito claros em relação às suas qualidades de pessoa, não existem, por outro lado, provas de que não sejam, sendo então recomendável que recebem o mesmo tratamento de uma pessoa.

O entendimento dos animais como pessoas eleva consideravelmente o seu estatuto moral, pois, desse ponto em diante, não se pode levar em conta o seu interesse pelo não sofrimento como o único empecilho ao ato de matá-los. Seguindo por essa via, tirar a vida de um animal torna-se algo moralmente bastante sério, pois rompe com as expectativas futuras deste, do mesmo modo que ocorre com os humanos, o que faz com que o problema alcance uma relevância filosófica que deve ser alvo de forte discussão.

O exemplo dos animais expõe como a ética impetrada por Singer opera na subversão dos paradigmas tradicionais, refigurando questões obsoletas e destituindo o status privilegiado de determinados temas que, a seu ver, não merecem grande preocupação, trazendo mudanças cujas consequências se fazem sentir diretamente nos indivíduos que a ética possui como objeto.

5 Considerações finais

Dois pontos estão no centro da reordenação moral de Peter Singer: os problemas da ética e o estatuto dos seres vivos. No primeiro, tem-se uma organização moral mais enxuta, que atenta para as ações que afetam de maneira significativa uma grande quantidade de indivíduos, excluindo-se as questões puramente doutrinárias, que determinam boa parte das regras de conduta, mas que não possuem a menor efetividade na melhoria das condições de vida da humanidade e dos demais seres.

No segundo, opera-se a uma complexa reestruturação da abrangência da ação moral, que diminui de forma considerável a participação dos humanos e leva igualmente em conta os interesses dos animais. O ser humano, embora responsável pela promoção da ética, não tem é o beneficiário principal ou único de suas ações, e a sacralidade da vida humana não encontra amparo na reflexão racional.

Desse modo, o mundo moral de Singer é o das ações verdadeiramente transformadoras, da consideração de interesses humanos e não humanos, e da recusa ao especismo que vê na pessoa humana uma condição ética privilegiada, independentemente de suas reais condições e estágios de existência.

As polêmicas em torno das ideias propagadas pelo filósofo dão conta da difícil aceitação desse mundo tanto pelos estudiosos da ética quanto pelo público em geral, em especial pelos resultados práticos de suas proposições. Se os humanos devem manter seus privilégios frente à constituição deste mundo, trata-se de algo que ainda gerará bastantes discussões. Mas a verdade é que, depois de Singer, assim como ocorreu com a natureza após o evolucionismo darwiniano, a configuração clássica da esfera moral perdeu a ingenuidade que o apontava como natural e incontestável, convertendo-se em objeto de ampla e prolífica reflexão.

6 Referências

- DALL'AGNOL, D. *Bioética: princípios morais e aplicações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- DINIZ, D; GUILHEM, D. *O que é Bioética*. 7ª reimpressão da 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SINGER, P. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VALLS, A. *O que é Ética*. 9ª Ed., 13ª reimpressão. São Paulo, Brasiliense, 2000